



(A)

Aprovada por
unanimidade
Aci

Voto de Pesar Fernanda Lapa

*"o teatro reflecte todas as contradições,
avanços e recuos do papel da mulher
na sociedade contemporânea."*

Fernanda Lapa

Faleceu no passado dia 6 de Agosto, a actriz e encenadora Fernanda Lapa, nome maior do teatro e da cultura portuguesa.

Fernanda Lapa, nascida em Lisboa em 1943, teve uma vida inteira dedicada ao teatro, onde se estreou em 1962, no Teatro dos Alunos Universitários de Lisboa. A sua primeira peça como actriz foi na Casa da Comédia, da qual foi fundadora.

Diplomou-se em encenação em Varsóvia, na Escola Superior de Encenação, em 1979, com uma bolsa da Secretaria de Estado da Cultura.

Desde então toda a sua riquíssima carreira foi na representação e, sobretudo, na encenação de grandes dramaturgos e na direcção de grandes actores, bem como no ensino e formação de novos homens e mulheres do teatro, seja no plano universitário ou nos palcos.

A criação da Escola de Mulheres, da qual se assinalaram os 25 anos no passado mês de Março, deu expressão no teatro a uma das batalhas de Fernanda Lapa: a da igualdade entre mulheres e homens, no teatro e na vida. A sua ligação à luta pela igualdade remonta ao período da ditadura fascista, tendo nos anos após a Revolução de Abril a correspondente expressão na luta e na conquista de direitos políticos, sociais, económicos e culturais.

Fernanda Lapa foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo – STE durante vários mandatos, bem como do Movimento Democrático de Mulheres.

Militante do PCP desde 1978, toda a sua militância, activa, presente e empenhada, de grande dedicação ao Partido, foi feita no Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa. Ainda recentemente, no Comício comemorativo dos 99 anos de vida do PCP, Fernanda Lapa participou, com toda a sua generosidade militante, declamando. A sua ligação à luta dos trabalhadores, à defesa da cultura, à causa da liberdade, da democracia e do socialismo estiveram presentes até ao fim da sua vida.

O seu empenho cultural, cívico, mas também militante na luta pelo progresso e pela emancipação do povo português levaram-na a dinamizar as comemorações do Centenário de Bernardo Santareno, durante o ano de 2020, onde se integra a peça "O Punho", a estrear em Novembro, que homenageia a Reforma Agrária, a luta pela sua conquista e os operários agrícolas que a protagonizaram.

Assim, por proposta dos eleitos do PCP, a Assembleia de Freguesia da Ajuda, reunida a 29 de Setembro de 2020, delibera:

1. Manifestar o profundo pesar pelo falecimento de Fernanda Lapa, expressando à Família e aos Amigos as mais sentidas condolências.
2. Dar conhecimento deste Voto à Escola de Mulheres - Oficina de Teatro, a companhia que criou e toda a vida dirigiu, e ao Movimento Democrático de Mulheres, a cujo Conselho Nacional actualmente pertencia.

Hugo Lourenço da Silva Antunes



Moção
Reabertura do Ano Lectivo 2020-2021

③
Pontos 1, 3 e 4 aprovados
dos funcionários de
11 votos (PSD, PCP, PSDA,
BEI).
Ponto 2 rejeitado por
8 votos (PSD, BEI).

Considerando que,

Após um longo período de tempo com as escolas encerradas para a esmagadora maioria dos alunos, é necessário o quanto antes o regresso ao ensino presencial, ensino este que tem uma centralidade e uma importância no processo de ensino/aprendizagem que não é substituível por experiências à distância. O papel dos professores na sala de aula é imprescindível no acompanhamento dos alunos.

O regresso ao ensino presencial é possível, como decisivo para normalizar o processo ensino/aprendizagem e recuperar os atrasos provocados pelas medidas de excepção, adoptadas em Março passado, mas exige a adopção de medidas rigorosas que garantam todos as normas de segurança para proteger a saúde dos estudantes, dos professores e de todos os profissionais da educação.

O caminho, no imediato e no futuro, passa pelo inequívoco reforço da Escola Pública, o que implica e obriga a mais investimento, mais trabalhadores, mais meios técnicos e materiais, melhor parque escolar, bem como a redução do número de alunos por turma, contrariar a entrega de soluções a privados e o reforço da Acção Social Escolar.

Na reabertura do ano lectivo, são muitas as interrogações face às insuficientes orientações divulgadas pelo Governo e às indefinições que subsistem. Cabe ao Ministério da Educação apresentar soluções e orientações que, de forma clara, eliminem factores de incerteza e simultaneamente tranquilizem as famílias.

Directores de escolas e agrupamentos, professores e outros profissionais da educação, estudantes e famílias, têm manifestado as suas preocupações com a falta de garantias no plano da saúde e do funcionamento das escolas, que se estendem à carência de recursos humanos indispensáveis para o reforço pedagógico que os meses de encerramento impuseram.

As carências hoje identificadas nas escolas, para além das que resultam do necessário combate à epidemia com as medidas de adaptação à situação actual, são o resultado de muitos anos de desvalorização da Escola Pública, do subfinanciamento a que tem sido sujeita, da falta de profissionais a todos os níveis, a que se soma a existência de trabalhadores pertencentes a grupos de risco.

Quando os investigadores apontam como medida prioritária a redução dos contactos entre os alunos, a não utilização dos mesmos espaços, a desinfecção sistemática das salas de aula, o controlo da utilização das máscaras, estão a pensar numa resposta das escolas que devia passar, obrigatoriamente, pelo reforço dos auxiliares de acção educativa, o que não se verifica neste momento. Também o número de assistentes técnicos, técnicos superiores e outros técnicos especializados fica muito aquém das necessidades das escolas. Neste regresso à Escola é fundamental, designadamente, o reforço de psicólogos, tendo em conta a degradação da saúde mental de muitos jovens devido ao confinamento a que foram sujeitos

At: 20.09.20

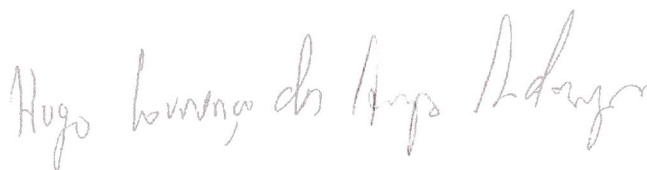
As verbas adiantadas pelo Ministério da Educação para o 1.º período para adquirir não só máscaras mas também luvas, batas, aventais, entre outros equipamentos de protecção individual deixam antever claras dificuldades, face ao número de alunos que agora regressam às aulas e todos os trabalhadores da Escola Pública.

De acordo com os dados do gabinete do vereador da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, Manuel Grilo, divulgados na comunicação social em Novembro de 2019 e não desmentidos em momento algum, faltariam precisamente 514 auxiliares nas 137 escolas públicas do concelho, abrangendo todos os anos de escolaridade, do 1.º ao 12.º. Até à data, a Câmara Municipal de Lisboa não informou se o Ministério da Educação chegou a dotar as escolas de todos os meios humanos necessários, tal como referido na moção, nem sequer se a Câmara e o Ministério celebraram o auto de transferência de competências, identificando os equipamentos, os recursos humanos e financeiros a transferir, nem a data de produção de feitos.

É necessário o reforço imediato de todos os auxiliares de acção educativa e assistentes administrativos necessários ao funcionamento da Escola Pública e que este tem de ser o tempo de uma Escola verdadeiramente Pública, Gratuita, Universal, de Qualidade, Democrática, para todos.

Os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia da Ajuda, reunida a 29 de Setembro de 2020, propõem que esta mesma Assembleia delibere:

1. Exigir do Governo que este tome rapidamente as medidas necessárias para dotar as Escolas de pessoal não docente (assistentes operacionais, psicólogos e outros técnicos especializados) e mais meios técnicos e materiais, para assegurar que são garantidas com eficácia as regras impostas pela Direcção Geral de Saúde;
2. Que a Câmara Municipal de Lisboa, em articulação com o Ministério da Educação, envide esforços para assegurar o número suficiente de trabalhadores de modo a garantir o normal funcionamento do ano lectivo 2020/2021, sobretudo considerando as exigências específicas deste ano, resultantes da pandemia da Covid19;
3. Que os vínculos laborais dos trabalhadores não docentes sejam garantidos tal como prevê o estabelecido no ponto 2, do Artigo 42.º, da secção II, do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro.
4. Remeter a presente moção para:
 - Assembleia da República e Grupo Parlamentares
 - Ministro da Educação e Ciência
 - Comissão Parlamentar de Educação e Ciência
 - Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
 - Vereador dos Direitos Sociais e Educação
 - STML
 - CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
 - UGT - União Geral de Trabalhadores



Aprovada por
a comunidade



Ai:
20.09.20

MOÇÃO

Aprovar a realização periódica de testes gratuitos à Covid-19 a professores, alunos e pessoal não docente das escolas públicas

Considerando que:

- a) O contexto de pandemia obrigou ao encerramento de todos os estabelecimentos escolares no dia 16 de março de 2020, com grave prejuízo para toda a comunidade escolar, em particular para as aprendizagens dos alunos;
- b) Uma parte significativa dos profissionais em exercício de funções nas escolas pertence a grupos de risco, principalmente devido à faixa sua etária a que pertencem;
- c) A ausência de sintomas em grande parte da população jovem faz com que as potenciais infeções por COVID-19 passem despercebidas e se tornem potenciais fatores de contágio, visto que o critério de testagem definido está associado ao aparecimento de sintomas;
- d) A transmissão do SARS-CoV-2 na população pediátrica permanece "um enigma" alvo de estudo e de poucas conclusões definitivas;
- e) Segundo um estudo a nível mundial, realizado pela Organização Internacional do Trabalho, a COVID-19 deixou no período de confinamento um elevado número de crianças e jovens sem qualquer acesso a aulas, ensino ou formação;
- f) A Escola é um instrumento fundamental para atenuar as desigualdades sociais, pelo que a inexistência de aulas presenciais penaliza os mais vulneráveis;
- g) Vários municípios, como é o caso de Lisboa, encetaram, desde cedo, trabalhos de prevenção e preparação, em conjunto com equipas da saúde pública, proteção civil, agrupamentos escolares e juntas de freguesia, para que os riscos associados ao início do ano letivo fossem minimizados;

- h) O regresso ao ensino presencial este ano letivo assume particular importância a vários níveis. A reabertura das escolas é essencial para recuperação de aprendizagens em falta e ainda o retorno ao trabalho de muitos trabalhadores e trabalhadoras;
- i) A reabertura das escolas faz aumentar os contactos sociais e físicos devido à mobilidade subjacente ao retorno ao trabalho por parte de muitas famílias, ao transporte para a escola e o retomar de muitas relações sociais interrompidas, fator que potencia a disseminação do vírus na comunidade;
- j) É necessário encontrar um equilíbrio entre a consciência deste risco real e a confiança da comunidade escolar no regresso às aulas presenciais, para que elas decorram na maior normalidade possível, durante o maior tempo que for possível;
- k) A identificação precoce de casos positivos pré-sintomáticos é uma medida de prevenção que permite agir sobre eventuais cadeias de transmissão antes que elas se transformem em surtos, dentro e fora das escolas;
- l) Por forma a agir corretamente e evitar a disseminação do vírus na comunidade, importa conhecer, de forma sustentada, a incidência do vírus SARS COV 2 nas comunidades educativas. Este conhecimento torna-se possível através de um estudo com recurso à técnica de amostragem representativas do universo;
- m) Foi aprovada por maioria, na Reunião Privada da Câmara Municipal de Lisboa realizada a 17 de setembro, a Moção n.º 44/2020, apresentada pelo Bloco de Esquerda, que instou o Governo a mobilizar meios e procedimentos no sentido de se garantir a testagem gratuita de professores, assistentes operacionais e alunos;
- n) Esta testagem regular pode ser particularmente importante no período do Inverno onde as constipações ou gripes podem ser confundidas com a COVID-19. Separar outras doenças da COVID-19 trará menos sobrecarga ao Serviço Nacional de Saúde e menos sobrecarga aos agregados familiares que assim não necessitam de períodos de quarentena com consequências económicas e financeiras associadas;

A Assembleia de Freguesia de Ajuda, reunida em 29 de Setembro de 2020, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

Assembleia de freguesia da Ajuda

- 1- Instar o Governo à realização do teste por amostragem periódico para monitorizar o estado epidemiológico das escolas.

Ajuda, 29 de Setembro de 2020

Pelo representante do Bloco de Esquerda,

Nuno Valente

O meu nome é
Aj (E)
2020.09.29

MOÇÃO

Pelos 41 anos do Serviço Nacional de Saúde enquanto pilar da Democracia

Considerando que:

- a) A Constituição que resultou de revolução de Abril de 1974 e é aprovada em Abril de 1976 (artigo 64º), determina: “1. Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover; 2. O direito à proteção da saúde é realizado pela criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito (...)”;
- b) António Arnaut foi o grande responsável pela criação do Serviço Nacional de Saúde enquanto serviço público de saúde universal;
- c) No dia 15 de setembro de 1979 foi publicada, em Diário da República, a Lei nº 56/79 que criou o Serviço Nacional de Saúde (SNS), materializando assim o acesso universal à saúde, independentemente da condição económica e social, nos termos da constituição;
- d) A criação do SNS é uma das grandes conquistas da revolução de Abril e grande responsável pelos ganhos em saúde que colocaram Portugal nos lugares cimeiros no que se refere à qualidade de vida de milhões de cidadãos e sendo fator crucial para a redução das desigualdades sociais gritantes herdadas pelo período de ditadura que lhe antecedeu;
- e) A resposta do SNS no contexto de pandemia é prova de que só com um serviço de saúde público, universal, geral e gratuito, se consegue dar uma resposta de saúde que não deixa ninguém para trás;
- f) Ao longo dos seus 41 anos de história, o SNS tem sido palco de inúmeros sucessos civilizacionais, como por exemplo a impressionante descida dos números da taxa de mortalidade infantil, que em 1961 era de 88,8 em 1000 crianças com menos de 1 ano de idade que não sobreviveram, para, em 2019, 2,8 crianças;
- g) A história de sucessos e dificuldades do SNS é também, e essencialmente, composta por todos os profissionais e trabalhadores que fazem do SNS o que ele é: Enfermeiros/as, Médicos/as, Farmacêuticos/as, assistentes operacionais, administrativos, pessoal dirigente, bem como dos que, apesar de não exercerem funções de saúde, o defendem publicamente;

- h) A celebração do 41º aniversário, em contexto de pandemia, deve-nos relembrar o orgulho que o SNS e todos os seus profissionais nos merecem, dando a todos eles/as as melhores condições materiais e organizacionais, por forma a que a sua missão originária dos valores Abril sejam cumpridos: SNS público, universal, geral e gratuito;

A Assembleia de Freguesia de Ajuda, reunida em 29 de Setembro de 2020, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

- Saudar os 41 anos do Serviço Nacional de Saúde e todos os seus profissionais e trabalhadores;

Ajuda, 29 de Setembro de 2020

Pelo representante do Bloco de Esquerda,

Aprovada por
manunidade.

ⓔ

A.S.
20.09.29

MOÇÃO

Pelos 41 anos do Serviço Nacional de Saúde enquanto pilar da Democracia

Considerando que:

- a) A Constituição que resultou de revolução de Abril de 1974 e é aprovada em Abril de 1976 (artigo 64º), determina: “1. Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover; 2. O direito à proteção da saúde é realizado pela criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito (...)”;
- b) No dia 15 de setembro de 1979 foi publicada, em Diário da República, a Lei nº 56/79 que criou o Serviço Nacional de Saúde (SNS), materializando assim o acesso universal à saúde, independentemente da condição económica e social, nos termos da constituição;
- c) A criação do SNS é uma das grandes conquistas da revolução de Abril e grande responsável pelos ganhos em saúde que colocaram Portugal nos lugares cimeiros no que se refere à qualidade de vida de milhões de cidadãos e sendo fator crucial para a redução das desigualdades sociais gritantes herdadas pelo período de ditadura que lhe antecedeu; incluiu refe
a Aut. Anmut
- d) A resposta do SNS no contexto de pandemia é prova de que só com um serviço de saúde público, universal, geral e gratuito, se consegue dar uma resposta de saúde que não deixa ninguém para trás;
- e) Ao longo dos seus 41 anos de história, o SNS tem sido palco de inúmeros sucessos civilizacionais, como por exemplo a impressionante descida dos números da taxa de mortalidade infantil, que em 1961 era de 88,8 em 1000 crianças com menos de 1 ano de idade que não sobreviveram, para, em 2019, 2,8 crianças;
- f) A história de sucessos e dificuldades do SNS é também, e essencialmente, composta por todos os profissionais e trabalhadores que fazem do SNS o que ele é: Enfermeiros/as, Médicos/as, Farmacêuticos/as, assistentes operacionais, administrativos, pessoal dirigente, bem como dos que, apesar de não exercerem funções de saúde, o defendem publicamente;
- g) A celebração do 41º aniversário, em contexto de pandemia, deve-nos relembrar o orgulho que o SNS e todos os seus profissionais nos merecem, dando a todos

Assembleia de freguesia da Ajuda

eles/as as melhores condições materiais e organizacionais, por forma a que a sua missão originária dos valores Abril sejam cumpridos: SNS público, universal, geral e gratuito;

A Assembleia de Freguesia de Ajuda, reunida em 29 de Setembro de 2020, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

- Saudar os 41 anos do Serviço Nacional de Saúde e todos os seus profissionais e trabalhadores;

Ajuda, 29 de Setembro de 2020

Pelo representante do Bloco de Esquerda,



Aprovada por maioria
de 10 votos (PS, BEI, PSDI,
CDSI) e 2 abstenções (PCP).

(C)

A i

20.09.29

Moção Hospital Militar

Os Partidos Subscritores, submetem à Assembleia de Freguesia da Ajuda a seguinte moção:

Desde há anos que se vem discutindo a necessidade de dotar a Freguesia da Ajuda de infraestruturas capazes de apoio na área da saúde e de apoio social.

Dessas discussões resultou claro que esta oferta para ser eficaz devia ultrapassar as necessidades da Freguesia da Ajuda e abranger as Freguesias de Alcântara e de Belém (um alvo de cerca de 45.000 habitantes). Trata-se duma área onde deverá existir um esforço coordenado de várias Freguesias não só para rentabilizar o investimento como também para se poder colocar no terreno uma oferta de melhor qualidade.

Na verdade Lisboa Ocidental não possui uma oferta de cuidados paliativos, de Lares para Seniores e de Centros de Dia adequados às necessidades destas populações.

A pouca oferta não pública é manifestamente insuficiente.

Têm sido desenvolvidas iniciativas no sentido de a CML adquirir o Hospital Militar situado na Ajuda e explorá-lo numa parceria com a Santa Casa da Misericórdia.

No entanto esta iniciativa ainda não obteve o sucesso esperado, com prejuízo da população da Cidade, assim como dos militares que hoje tutelam o referido equipamento.

Face a esta realidade e defendendo que se deve procurar uma solução que responda aos diversos interesses em presença a Assembleia de Freguesia da Ajuda delibera solicitar ao Executivo da Junta que desenvolva as necessárias ações junto da CML para encetar contactos com o Ministério da Defesa e com a Santa Casa da Misericórdia para se desenvolver um projeto conjunto com finalidade de:

- Criar uma unidade com capacidade para o apoio à população da freguesia da Ajuda, Alcântara e Belém com as seguintes valências:
 - Centro de Dia
 - Centro de Noite
 - Lar de gestão da Junta de Freguesia ou da CML para pessoas idosas
 - Centro de reabilitação e recuperação

- Criar uma unidade cuidados continuados no âmbito da rede nacional de cuidados continuados e cuidados paliativos
Na resposta a criar, se faculte ao IASFA, I.P. os recursos humanos e materiais indispensáveis que lhe permitam, seja por realização de protocolos de assistência médica e social, ou por seus próprios meios, dar resposta adequada às necessidades de tratamento ou internamento dos seus beneficiários

- Que esta Recomendação seja enviada ao Sr. Primeiro Ministro, ao Ministro da Defesa, ao Presidente da CML

Quais são os

Caros Sr. Santos Ferraz

Manuel Pedro Tenente

Pedro José CML

Os Sr. José Gomes

Nuno Miguel Guimarães Nuno Valente

Dr. Roberto de Almeida